



ÁREA DO

**CONCURSEIRO**

**SIMULADO**  
**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

*Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!*

*Comece agora, comece pela maneira certa!*



**221) Aponte a alternativa incorreta**

- a) a lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.
- b) o direito a proteção especial abrangerá o seguinte aspecto: idade mínima de doze anos par admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII.
- c) o direito a proteção especial abrangerá o seguinte aspecto: programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.
- d) a adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.

**RESPOSTA:** “b”, está em desacordo com o artigo 227, §3º, I, da CF.

**222) Assinale a alternativa correta**

- a) os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos menores e maiores têm o dever de ajudar ou amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.
- b) a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação da comunidade, defendendo sua dignidade e bem estar e garantindo-lhes o direito à vida.
- c) aos maiores de sessenta anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.
- d) são penalmente imputáveis os menores de dezoito anos.

**RESPOSTA:** “b”, de acordo com o artigo 230, caput, da CF.

**223) Sobre os índios aponte a alternativa incorreta**

- a) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- b) as terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.
- c) é permitida a remoção dos grupos indígenas de suas terras.
- d) são reconhecidos sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

**RESPOSTA:** “c”, está em desacordo com o artigo 231, §5º, da CF.

**TESTES DIVERSOS ENVOLVENDO TODOS OS TEMAS JÁ TRATADOS**

**224) As medidas provisórias**

- a) terão a sua votação iniciada no Senado Federal.
- b) podem versar sobre partidos políticos, direito eleitoral e a organização do Ministério Público.
- c) não podem versar sobre nacionalidade, direitos políticos, direito penal, direito processual penal e direito processual civil.
- d) visando à carreira do Ministério Público, e atendidos os pressupostos da urgência e relevância, poderão ser adotadas pelo Presidente da República.

**RESPOSTA:** “c”

**225) A intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal:**

- a) exigirá decreto de intervenção que será submetido ao Congresso Nacional, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- b) quando fundada em descumprimento de ordem ou decisão judiciais, dependerá de requisição do Conselho Nacional de Justiça.
- c) poderá ocorrer para repelir invasão estrangeira ou para garantir o livre exercício do Poder Judiciário Estadual.
- d) poderá ocorrer para pôr termo a qualquer comprometimento da ordem pública ou para reorganizar as finanças da unidade da Federação que, salvo motivo de força maior, suspenda o pagamento da dívida fundada por mais de três anos consecutivos.

**RESPOSTA:** “c”.

**226) O Conselho Nacional de Justiça:**

- a) é composto por quinze membros com mais de trinta e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- b) será presidido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, que votará em caso de empate.
- c) terá competência, caso a isso provocado, para rever os processos disciplinares de juízes e membros dos tribunais julgados há menos de dois anos.
- d) será composto, dentre outros, por dois membros do Ministério Público Estadual, escolhidos pelo Procurador Geral da República entre aqueles indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual.

**RESPOSTA:** “b”

**227) Relativamente à exploração da atividade econômica pelo Estado**

- a) ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- b) as empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado, desde que previstos em lei.
- c) quanto aos direitos e obrigações trabalhistas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista sujeitar-se-ão ao regime jurídico próprio das empresas privadas de pequeno porte.
- d) lei estabelecerá o estatuto jurídico das sociedades de economia mista, dele todavia excluída a disciplina da responsabilidade dos administradores.

**RESPOSTA:** A

**228) No âmbito da União, a iniciativa das leis complementares também compete:**

- a) ao Ministro do Estado da Defesa
- b) ao Conselho Nacional de Justiça.
- c) ao Conselho da República
- d) aos Tribunais Superiores

**RESPOSTA:** D

**229) Quanto aos ministros do Superior Tribunal de Justiça:**

- a) um terço deles, em partes iguais, será composto por advogados e membros do Ministério Público, alternadamente.
- b) um quinto deles, em partes iguais, será composto por advogados e membros do Ministério Público, alternadamente, com mais de quinze anos de efetiva atividade profissional ou de carreira.
- c) um terço deles será composto por desembargadores dos Tribunais de Justiça indicados em lista tríplice elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça.
- d) um terço deles será composto por juízes dos Tribunais Regionais Federais indicados em lista sêxtupla elaborada pelo Conselho da Justiça Federal.

**RESPOSTA:** A

**230) Compete:**

- a) ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, o mandado de segurança decidido, em única instância, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, quando concessiva a decisão.
- b) aos Tribunais de Justiça, nos crimes comuns e de responsabilidade, processar e julgar os membros dos Tribunais de Contas de seus respectivos Estados.
- c) ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o habeas corpus impetrado quando o coator for Ministro de Estado, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
- d) aos tribunais, privativamente, propor a criação de novas varas judiciárias.